

campamento fue construido con motivo de la apertura de la *Via Nova* para albergar a los ingenieros y técnicos militares encargados de gestionar la nueva ruta. Probablemente ofreció morada a la cohorte tercera de la legión séptima gémina, de unos 500 hombres. Se estructura en base al *cardo* y *decumanus* máximos, circunvalado por una muralla de forma rectangular de ángulos redondeados. Pueden distinguirse distintas instalaciones: los *strigia*, dos *horrea* o almacenes para viveres, el *valetudinarium*, que poseía en su entorno unas aguas termales con capacidad curativa, y los *principia*. Se exhiben también las muestras cerámicas que se han ido encontrando en el campamento. La mansión es un edificio hostelero con por lo menos dos fases de evolución. En la más tardía, se observan estancias destinadas al descanso y a la pernoctación, un corral con horno para hacer pan y un patio murado con una cisterna en el centro.

Clausurando la visita, se resigue la evolución de los quarquernos en la Romanidad Tardía y el Cristianismo. Podemos apreciar cómo bajo Diocleciano, *Bracara* se convirtió en capital de provincia: se restauraron las vías, se activó el comercio, surgieron escuelas filosóficas y grupos intelectuales y cómo, durante los reinos suevo y visigodo, aparecieron nuevas diócesis.

La exposición y su catálogo muestran un especial interés en la evolución de los quarquernos a través de los testimonios escritos. Así pues, podemos ver desde las primeras muestras de petroglifos hasta distintos pasajes

de Plinio el Viejo y Ptolomeo, y testimonios epigráficos, como la placa laudatoria erigida por la *civitas quarquernorum* en honor a Trajano el 102, que ilustran la configuración de los quarquernos como pueblo y la génesis de *Gallaecia*. También podemos leer los textos epigráficos encontrados en el campamento de *Aquae Quarquernnae*, dos altares erigidos por el procurador de Caracalla, Lucio Didio Marino y Boelio Rufo, perteneciente a su séquito, en su visita a la mansión viaria. El primero dedicó un altar a Marte por la salud de Julia Domna y el segundo dedicó un ara a las ninfas del balneario. Cerrando la exposición encontramos las primeras manifestaciones epigráficas cristianas, de las cuales se nos ofrece una selección, como es el caso del quarquerno Alepius, el primer cristiano conocido en el sur de la zona.

El segundo volumen nos ofrece una guía eminentemente práctica del campamento de *Aquae Querquernnae* completada con fotografías, ilustraciones y mapas. Después de aclarar el emplazamiento geográfico del yacimiento, se procede a hacer una descripción general del mismo siguiendo siempre el recorrido de la visita. Para acabar de contextualizar al visitante, se ofrecen múltiples fotografías, así como también una descripción del entorno natural y de los monumentos y yacimientos de las cercanías, como son la Basílica visigótica de Santa Comba y el castro de Lobosantos.

Gemma Bernadó i Ferrer

Juan Francisco RODRÍGUEZ NEILA (coord.), *Hispania y la epigrafía romana — Cuatro perspectivas* (nº 26 da série «Epigrafia e Antichità», ora dirigida por Angela Donati), Faenza, Fratelli Lega Editori, 2009, 248 pp., ISBN: 978-88-7594-097-3

Nunca será de mais realçar o interesse e oportunidade dos volumes que, com regularidade,

vêm sendo incluídos nesta singular série, iniciada pelo saudoso Prof. Giancarlo Susini

e agora também auspiciosamente continua pela Professora Angela Donati. Aliás, aí se reuniu, por exemplo, uma boa parte dos textos de Susini sob o título *Epigraphia Dilapidata* (nº 15, 1997) e aí se publicam, regularmente, as actas dos colóquios Borghesi, ora organizados anualmente pelas universidades de Bolonha e de Génova, em parceria, sempre sob o alto patrocínio da AIEGL.

Poderá porventura induzir em erro o título genérico deste 26º volume, ainda que atenuado pela junção do subtítulo «cuatro perspectivas». É que, na verdade, essas quatro perspectivas resultam dos estudos levados a efeito no âmbito do projecto de investigação «La sociedad hispano-romana y su integración en el imperio a través de la administración municipal», financiado pelo Ministério da Educação e Ciência espanhol. Por conseguinte — compreensivelmente... — esta Hispânia do título é mais Espanha que Hispânia, pois que, por exemplo, não há a mínima referência (mormente na panorâmica traçada na introdução) à evolução dos estudos sobre a História Antiga peninsular nas universidades portuguesas. E muito menos sobre a investigação epigráfica, apesar de o título o poder fazer supor. Estamos, como vamos ver, perante não quatro perspectivas sobre «*Hispania* e a Epigrafia Romana», mas sim perante quatro estudos específicos sobre temáticas muito específicas também. Assim, o coordenador, Juan Francisco Rodríguez Neila, docente de História Antiga na Universidade de Córdoba, assina, para além da citada introdução, o primeiro texto, intitulado: «*In publicum vescere*. El banquete municipal romano» (p. 13-82). Aí passa em revista a legislação municipal conhecida acerca deste tipo de iniciativas — relevo especial para a *Lex Irnitana* — em que, geralmente, sob a capa de benemerência, se pretendem obter dividendos políticos. O autor sublinha, porém, nas conclusões (p. 74-77), outros aspectos, como a consolidação da consciência

comunitária, que eles procuravam despertar e incentivar, e também o facto de — embora, de um modo geral, só a esses banquetes tivessem acesso os *municipes*, ou seja, os cidadãos — amiúde «daban ocasión a buena parte de la población, que vivía en penuria económica y, por tanto, alimentaria, para disfrutar, aunque fuera de vez en cuando, de un ambiente de lujo, pudiendo comer todos gratis, ser servidos por los esclavos públicos de la ciudad, y consumir unos manjares de calidad». Não há, como se poderia esperar, o rol dos textos epigráficos hispânicos em que se leiam palavras como *epulum* ou *cena*; Rodríguez Neila preferiu fazer uma análise de teor político e sociológico, enquanto que — pode recordar-se, a propósito — o Curso de Verão da UNED, realizado em Mérida (Julho de 2002), teve como tema «Alimentos de hombres, manjares de dioses» e, por isso, os conferencistas se debruçaram, de modo particular, sobre os «productos, comercio y banquete en Roma»¹; mas desse Curso apenas ficou o livro de sínteses entregue aos estudantes e não seria, porventura, má ideia que essas temáticas, nos seus múltiplos aspectos, viessem a ser alvo de publicações.

O assunto escolhido por Joaquín L. Gómez-Pantoja, da Universidade de Alcalá de Henares — «No siempre la inscripción es lo más importante. Un bronce de Gallur (Zaragoza) y las *tesseræ pagi*» (p. 83-131) — reveste-se, neste momento, da maior importância, pois que este tipo de documentos, até agora quase desconhecidos ou pouco estudados, se arrisca a lançar nova luz sobre as relações político-administrativas nos primeiros contactos de Roma com as comunidades indígenas².

1. Tive ensejo de falar sobre «Banquetear-se em vida e no Além — os testemunhos epigráficos», uma comunicação ainda inédita.

2. Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de

Enrique Melchor Gil, professor, também ele, da Universidade de Córdoba, é, seguramente, dos quatro autores, aquele cuja contribuição mais corresponde ao título do volume, pois que estuda «Mujeres y evergetismo en la Hispania romana» (p. 133-178), ou seja, traça uma panorâmica nomeadamente dos textos epigráficos que documentam actos de benemerência³. Uma pesquisa deveras actual, porquanto se vem descobrindo cada vez mais claramente que, mesmo na antiga Roma, era apenas aparente a ausência das mulheres na vida pública e que elas sabiam usar de todos os estratagemas, designadamente em contexto epigráfico, para se imortalizarem e imortalizarem o nome de suas famílias⁴.

Finalmente, Donato Fasolini, da Università Cattolica del Sacro Cuore (Brescia), aborda uma questão que, desde os estudos de Rainer Wiegels⁵, sem falar já das perspicazes análises de Giovanni Forni⁶ e mesmo

de António Tovar⁷, amiúde é tratada, pelas conotações político-administrativas que contém. O seu texto «La compresenza di tribu nelle città della Penisola Iberica. Il caso della *Tarraconensis*» (p. 179-238) é, por isso, do maior interesse, designadamente porque, baseando-se em dados epigráficos, dá, de cada cidade da Hispânia Citerior, o rol dos testemunhos documentados. Dir-se-á (só para apresentarmos um testemunho) que, em relação a *Bracara Augusta*, observa que «la ricca presenza della tribù *Quirina*, a fronte di una minore attestazione di ascritti alla *Camilia*, alla *Fabia*, alla *Galeria*, alla *Papiria* e alla *Sergia* porta a concludere che quella era probabilmente la tribù di ascrizione dei cittadini di *Bracara Augusta*» (p. 198). Aliás, escrevera linhas antes, que essa abundância de referências à tribo *Quirina* é «un dato que ha portato a suporre un avanzamento giuridico della città attorno all'epoca Flavia». Ora aqui está algo a merecer reflexão. Primeiro, porque — cingindo-me ao território peninsular ocidental — têm-se hoje certezas quase absolutas acerca da adscrição de cidades à tribo *Papiria* (apenas *Emerita*) e à *Sergia* (*Scallabis*), não me parecendo, pois, viável trazer à colação essas tribos, claramente de cidades alheias à Península e, aliás, dubitativamente reconstituídas nos textos que se aduzem, para justificar uma eventual ligação de *Bracara Augusta* à tribo *Quirina*. Esse será, por consequência, um tema a debater, quando se reconhece — mormente pelo seu 'epíteto' — que *Bracara* é seguramente uma fundação de Augusto⁸ imperador que preferiu, quanto

uma tésseira de bronze», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12/1, 2009, 127-138. Acessível, com mais bibliografia sobre esse tema, em: <http://hdl.handle.net/10316/13556>. A análise do chamado «bronze de Agón», que contém a *lex rivi Hiberiensis* (cf. *HEp* 13, 2003-2004, n° 731), desperitou novo interesse para estas questões.

3. Sou contra o uso do termo 'evergetismo', colhido artificialmente do Grego, quando, nas línguas latinas, ocidentais, desde a Antiguidade aos nossos dias, o termo benemerência é de uso quotidiano e bem expressivo, significando precisamente o que — implícita e explicitamente — o estranho vocábulo «evergetismo» quer evocar.

4. Perdoar-se-me-á se, de novo, me cito, mais pela bibliografia que o texto indica do que pela escassa novidade que traz: J. d'ENCARNAÇÃO, «Mães e filhos passeando por entre epígrafes...», em M.C. SEVILLANO SAN JOSÉ et alii (eds.), *El conocimiento del pasado. Una herramienta para la igualdad*, Salamanca 2005, pp. 101-113. ISBN: 84-89109-48-6. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/11518>.

5. *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien. Ein Katalog*, Berlim 1985.

6. Por exemplo, «“Doppia tribù” di cittadini e cambiamenti di tribù romane. Probabile connes-

sione con l'esercizio dei diritti politici in municipi e colonie», *Tetraonyma*, Génova 1966, pp. 139-155.

7. *Iberische Landeskunde. II Parte – Las tribus y las ciudades de la antigua Hispania*. Tomo 3. *Tarraconensis*, Baden-Baden 1989.

8. Cf. A. TRANOY, *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris 1981, p. 193.

se saiba, a adscrição na tribo Galéria das cidades que fundou. Além disso, a referência à tribo *Camilia*, do senador *Caius Caetronius Miccio* (p. 199), não vem a propósito, uma vez que, homenageado pelos *cives Romani qui negotiantur Bracaraugusta*, ele foi certamente aí enviado pelo imperador Cláudio, em 42-44, na sua qualidade de *praefectus reliquorum exigendorum populi Romani*, para obter o pagamento de dívidas em atraso, conforme explicitou Géza Alföldy¹⁰.

Temas específicos, portanto, como se disse, mas que podem, pela profundidade com que são abordados, permitir, além do mais, adequada comparação com o que se passa na zona ocidental da Península Ibérica, para que, um dia, não haja apenas ‘quatro perspectivas’ sobre a «Hispania e a Epigrafia Romana», mas muitas mais, resultantes de amplos projectos de investigação internacionais e globalizantes.

José d’Encarnação

Marco ROSSI, Alessandro ROVETTA (eds.), *Pinacoteca Ambrosiana*. Tomo quinto: *Raccolte archeologiche – Sculture*, Milano, Mondadori Electa, 2009, ISBN: 978-88-370-2876-3

Antes do catálogo propriamente dito, inclui este tomo quatro contributos que visam enquadrar histórica e culturalmente os objectos que vão ser catalogados. Assim, António Sartori refere-se a «La “raccolta” archeologica dell’Ambrosiana» (p. 13-25); Alessandro Rovetta tece considerações acerca dos «calchi in gesso dell’Accademia di Scultura» (p. 26-30); Fernando Mazzola historia como se formou «La collezione De Pecis. Le sculture e il «Gabinetto de’bronzi dorati»» (p. 31-38); e Giorgio Zanchetti, em «In luogo più sacro e lusinghiero» (p. 39-49), alude às «occasioni per la scultura in Ambrosiana tra la fine del Settecento e il Novecento».

Divide-se o catálogo em quatro partes: raccolte archeologiche (p. 51-142); sculture dall’età medioevale al Settecento (p. 143-222), sculture dal Neoclassicismo al Novecento (p. 223-366), collezioni partico-

lari (p. 367-430). No final (p. 432 e ss.), a bibliografia geral.

A simples enumeração do conteúdo, sobretudo se tivermos em conta que são incluídas 1935 fichas, mostra a real importância documental deste volume.

E não deixa de ser bem elucidativo o «saggio introduttivo» de A. Sartori pelas informações que globalmente adianta, nomeadamente sobre o historial da colecção e dos seus responsáveis ao longo dos anos, terminando por afirmar:

«Muto deposito comunque, non certamente esposizione perché esclusa ai visitatori, e neppure collezione ragionata, finché non corredata di un supporto esplicativo: che è quanto la presente schedatura si è ripromessa di fare, con la speranza di qualche congruità di risultati» (p. 19). Por estas simples linhas se compreende, desde logo, portanto, o grande alcance do trabalho de identificação levado a efeito, principalmente para os epigrafistas, que assim ficam a dispor, em relação a cada epígrafe aí guardada, do imprescindível conjunto de informações que lhes interessa para estudos ulteriores, como se verá já de seguida.

António Sartori apresenta depois — com Fernando Mazzocca, Alessandro Rovella e

9. É a tribo de *Suasa Senorum*, na Úmbria.

10. «Um “cursus” senatorial de *Bracara Augusta*», *Revista de Guimarães* 76, 3-4, 1966, 363-372. Ver também: *CIL* II, 2423 = *AE* 1966, 186 = *AE* 1967, 222.